

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a tensão entre a laicidade do Estado brasileiro e a permanência do Ensino Religioso na escola pública. Trata-se de um estudo documental e bibliográfico, desenvolvido na perspectiva metodológica do materialismo histórico e dialético. As análises buscam compreender a dinâmica dos condicionantes históricos e o movimento da contradição produzida na própria história, apontando elementos para o debate em torno das esferas pública e privada no Brasil, com destaque para as relações entre o Estado brasileiro, a Igreja e a sociedade civil. A pesquisa se sustenta na seguinte hipótese: uma das finalidades da manutenção do Ensino Religioso no currículo escolar é desviar o foco dos reais problemas estruturais da educação, que por sua vez refletem problemas mais graves ainda da sociedade brasileira, tais como: miséria e marginalização de importantes parcelas da população, aliadas à falta de perspectiva política. A laicidade no Brasil é uma questão de hermenêutica jurídica inserida em uma imbricada rede de interpretações. Apesar de o Brasil ter adotado o princípio de laicidade desde a instituição do regime republicano no ano de 1889, a história da educação brasileira tem sido marcada por sucessivos retrocessos com relação à influência da religião no campo educacional. No ano de 2015, o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou um sistema de consulta pública para a discussão do texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de promover um entendimento sobre os conhecimentos aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso durante a sua trajetória na educação básica. O Ensino Religioso foi inserido no texto preliminar da BNCC, excluído na terceira versão e reinserido no documento final que foi aprovado no ano de 2017. Ao conclamar a sociedade para a construção da BNCC, o MEC difundiu a ideia de uma ampla participação social, disseminada pelos meios de comunicação como expressão de participação democrática. A pesquisa permitiu ampliar a reflexão sobre a influência dos grupos de pressão (empresariais e religiosos) na “construção coletiva” da BNCC, evidenciando que a participação democrática promovida pelo MEC não passou de uma mera formalidade. As análises sugerem que a manutenção do Ensino Religioso na escola pública fere o princípio da laicidade estatal, independentemente da modalidade adotada pelos sistemas de ensino.